

REPRESENTAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS SOBRE ÁREAS DE INTERVENÇÃO DE GRANDES PROJETOS URBANÍSTICOS: DIFERENTES MODOS DE APROPRIAÇÃO E RELAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS SOBRE A ÁREA DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE EM TERESINA-PI

SOCIO-SPATIAL REPRESENTATIONS ON INTERVENTION AREA OF GREAT URBAN PROJECTS: DIFFERENT MODES OF APPROPRIATION AND RELATION OF SOCIAL AGENTS ON THE AREA OF LAGOAS DO NORTE PROGRAM IN TERESINA-PI

Edmundo Ximenes RODRIGUES NETO¹
Antônia Jesuíta de LIMA²

Resumo: O artigo analisa as representações sócio-espaciais³ de uma área que vem sendo alvo de um grande projeto urbanístico em Teresina-PI, verificando discursos e práticas de agentes sociais envolvidos na ação, sobretudo do governo municipal e dos movimentos sociais locais. Com base na literatura nacional e local sobre produção espacial urbana, em documentos da Prefeitura de Teresina e das organizações locais foi possível constatar que tal área de intervenção urbanística é uma construção histórico-social, urbana e política que reflete os diferentes modos de apropriação e relação dos agentes sociais com o espaço.

Palavras-chave: Representações sócio-espaciais; Produção do espaço urbano; Grandes projetos urbanos.

Abstract: The paper analyzes the socio-spatial representations of an area that has been the target of a major urban project in Teresina-PI, verifying the discourses and practices of social agents involved in the action, especially the municipal government and local social movements. Based on the national and local literature about urban spatial production, documents from the city government and local organizations revealed that this urban intervention area is a social-historical, urban and political construction that reflects the different modes of appropriation and relation of social agents with the space.

Keywords: Socio-spatial representations; Urban space production; Great Urban Projects.

Introdução

Os grandes projetos urbanos se apresentam mundialmente como investimentos políticos e simbólicos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social das grandes cidades. Dentre os argumentos que os justificam destacam-se os discursos de requalificação e/ou revitalização de áreas degradadas ou abandonadas (ARANTES, 2002; VAINER, 2002).

¹Discente do Programa de Pós-graduação (Doutorado) em Políticas Públicas da UFPI. E-mail: edmundouespi@hotmail.com

²Antônia Jesuíta de Lima - Doutora em Ciências Sociais, professora do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI. E-mail: a.je.l@uol.com.br

³ Conforme as novas regras ortográficas da língua portuguesa, quanto ao uso do hífen, o correto seria socioespacial, entretanto, por razões teórico-conceitual, faz-se, aqui, o uso, segundo Souza (2014), isto é, com a dupla grafia “sócio-espacial”. Tal termo diz respeito às relações sociais e ao espaço, ao mesmo tempo, considerando o vínculo dialético de ambos no contexto social, mas salvaguardando a particularidade de cada um. Nesse sentido, é mais do que uma representação física de um meio ou estrutura, são expressões e materializações dos processos e práticas sociais (CARLOS; SOUZA; SPÓSITO, 2014).

A proteção contra o risco de desastres naturais (enchentes e desmoronamento) e/ou a reconstrução pós-desastres (terremotos, tsunamis) são problemas também lembrados para alegar intervenções dessa natureza (ROLNIK, 2015).

No Brasil, atualmente, muitas dessas intervenções estão voltadas para áreas de frente ou de cursos de águas localizados em regiões até então consideradas periféricas de grandes e médias cidades, como nas cabeceiras de rios em Belo Horizonte (SILVA, 2013) e nas margens de igarapés em Belém e Manaus (CRUZ, 2012). Tais áreas são vistas pelos governos como degradadas, desordenadas, inapropriadas para moradia, sendo objeto de programas de saneamento ambiental e urbanização financiados por agências multilaterais.

Nesse processo, geralmente os discursos dos governos municipais ou estaduais, fazem uso do *marketing* urbano, seja para produzir e divulgar imagens das transformações pretendidas na área visando torná-la atrativa para investimentos, seja para construir consensos em torno da intervenção, buscando convencer a população local a aceitar as propostas e colaborar sem conflitos (ARANTES, 2002; VAINER, OLIVEIRA; LIMA JÚNIOR, 2015).

Entretanto, a despeito do discurso de progresso social, sobretudo, da eliminação do risco e da pobreza urbana, devido aos impactos gerados na vida dos moradores afetados, conflitos vêm ocorrendo e contradiscursos se afirmando no sentido de se confrontar com a retórica que sustenta essas intervenções.

O presente artigo busca analisar as representações sócio-espaciais sobre a área de intervenção do Programa Lagoas do Norte em Teresina-PI, verificando discursos e práticas de apropriação (usos, sentidos e percepções) e domínio⁴ de agentes sociais sobre ela, dentre os quais o governo municipal e os movimentos sociais locais. O Programa tem como principal objetivo melhorar a qualidade de vida da população local, através de um conjunto de ações de cunhos físico-urbanísticos, socioeconômicos e ambientais (TERESINA, 2008).

Parte-se do pressuposto de que a análise crítica dos discursos sobre as áreas de execução desses projetos permite elucidar o uso e a disputa em torno do sentido das transformações que se pretendem produzir, em outros termos, do que é e como deve ser a cidade.

A análise se baseia em estudos historiográficos, geográficos e sociológicos sobre Teresina, destacando a zona norte, em documentos oficiais da Prefeitura Municipal e outros registros (manifestos de movimentos organizados da região, matérias jornalísticas).

O artigo contém na primeira parte uma análise sobre categorias-chave para o entendimento do processo de produção e apropriação do espaço. As sessões seguintes tratam da análise dos discursos de diferentes agentes sobre a área de abrangência do Programa Lagoas do Norte os quais buscam legitimar suas práticas e relações espaciais.

Produção e apropriação do espaço urbano: agentes, práticas e representações sócio-espaciais

O entendimento da produção do espaço urbano remete, inicialmente, à reflexão teórica da Geografia sobre espaço, enquanto disciplina e objeto de estudo. Para Santos (2006, p. 38) “[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”.

⁴ Mesmo reconhecendo que dominação e apropriação possam apresentar-se ligadas, Lefebvre (2006) diferencia dominação (relação de posse material, função e valor de troca) de apropriação (processo muito mais simbólico, permeado dos vestígios do "vivido", do valor de uso).

A ação humana, ao produzir objetos (prédios, pontes, edifícios, projetos urbanísticos, dentre outros), modificando o espaço absoluto, é também impactada por ele. A relevância de Santos (2006), portanto, reside, entre outros aspectos, no fato de ele suscitar que a cada dimensão física do espaço geográfico, existe o caráter humano, explicitando um espaço humanizado, histórico-social e interativo com o ambiente natural.

Com efeito, estudar o espaço significa realizar uma leitura da realidade social considerando a dimensão temporal. Ao ser compreendido como uma totalidade interdependente entre as dimensões societária, material e simbólica, em movimento, requer uma interpretação da sociedade e da natureza, bem como da ação resultante da correlação entre ambas. Para Santos (2006) é a sociedade que delinea as formas espaciais conferindo-lhes conteúdo, logo o seu entendimento passa pelas pessoas e atividades exercidas no espaço.

Ao tratar da produção do espaço urbano, Lefebvre (2006) partilha da concepção de Santos (2006) quando afirma ser o urbano um fenômeno dinâmico, multidimensional (concebido, percebido e vivido) e contraditório (permeado de antagonismos, lutas e conflitos). Ele é dinâmico por ser histórico-social (mutável). Sua dimensão técnica corresponde ao saber científico que o racionaliza e trata-o como produto planejado, sobretudo, em suas funções como valor de troca. A experiência pertinente ao cotidiano urbano o faz ser percebido fisicamente e vivido através das sensações, imagens e significados.

A dimensão contraditória subjacente ao espaço urbano está presente nas relações e conflitos sociais pela forma e finalidade de apropriá-lo, isto é, (re) significá-lo e, ao mesmo tempo, possuí-lo e (re) produzi-lo (LEFEBVRE, 2006). E isso ocorre, conforme Corrêa (2014), através de agentes sociais concretos⁵, históricos, dotados de interesses, e de estratégias e práticas espaciais próprias. Tais agentes se entrelaçam, entram em conflito e/ou produzem consensos, os quais são material, ideológica e simbolicamente manifestados no próprio espaço.

Nesse sentido, são as representações sócio-espaciais, entendidas conforme Souza (2014), como “[...] imagens espaciais e discursos fortemente especializados e espacializantes [...], que buscam legitimar uma determinada prática e/ou uso espacial. Os discursos sobre áreas e transformações urbanas - suas motivações e fundamentos, justificando procedimentos e intervenções, representam um campo de disputa simbólica. Entender este campo significa para o autor inquirir sobre o uso das palavras, dos argumentos, contextualizando-os, a partir de circunstâncias históricas, lugares geográficos, interesses acadêmicos, sociais e políticos específicos, mas principalmente verificando as contradições presentes nos discursos.

O uso e a força simbólica do discurso legal e científico do sanitarismo combinado com o embelezamento da cidade, por exemplo, fundamentou e justificou reformas urbanas como as experimentadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte no final do século XIX e início do século XX. Destarte, em nome do progresso, do civilizado, demoliam-se casebres e cortiços existentes no centro para abrir avenidas, abrigar praças e construir passeios públicos. As autoridades governamentais e científicas (médicos e engenheiros) associaram tais habitações a espaços de periculosidade, e seus moradores, na maioria pobres, foram estigmatizados como classes perigosas, o que constituiria motivos para expulsá-los para áreas periféricas das urbes (CHALHOU, 1999; SHCARTZ, 2007).

Assim, palavras com conotação aparentemente imparciais, científicas e representativas do novo, da ordem, do moderno, como “reforma”, “higienização”, “civilidade” e “progresso” fundamentaram escolhas e ações, reforçando relações de poder estruturalmente assimétricas, constituindo o que Chauí (2011) define como a ideologia da competência, recorrente e ainda predominante, segundo Souza (2014), no planejamento e gestão urbana no Brasil.

⁵ Entre os agentes, Corrêa (2014) destaca vários tipos: o Estado, movimentos sociais, proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, bancos e ordens religiosas, entre outros.

Tais representações sócio-espaciais relacionadas à concepção tecnocrática de intervir no urbano também possuem desdobramentos recentes. Ideias-forças associadas a planejamento estratégico e revitalização ou requalificação urbana estão presentes em várias intervenções que transformam áreas urbanas, com caráter mais residencial, em complexos turístico-culturais voltados para o consumo. Conforme Arantes (2002), essas são marcas de um pensamento que se pretende único no mundo.

Os termos “revitalização” e “requalificação”, tão usuais nos projetos urbanísticos, guardam uma conotação aparentemente positiva, associada à recuperação do que está sem vida, deteriorado. Entretanto, como adverte Souza (2014), apresentam o risco de desconsiderar os modos de vida existentes, inferiorizando e/ou segregando a população residente, deixando de reconhecer os tipos de relação desses habitantes com o meio.

Estudo de Rolnik (2015) constatou essa faceta em intervenções urbanísticas associadas à realização de megaeventos internacionais (Copa e Olimpíadas) no Brasil. Ancoradas pelos discursos de legado urbano (progresso social) e econômico (ingresso de capitais internacionais na economia), tais intervenções promoveram a despossessão das classes populares. Assim, se antes a expulsão de pobres de áreas consideradas centrais para as autoridades brasileiras se justificava, como visto em Shewartz (2007), pela exigência histórica da construção do Estado, da nação, do progresso e da civilidade, atualmente, se dá principalmente em razão dos interesses do mercado.

Ademais, outra diferença é que, ao contrário de um discurso higienista, de proteção da civilidade contra os pobres, consideradas classes perigosas (CHALHOUB, 1999), o Estado age de forma mais complexa, inclusive fazendo uso de narrativa de combate à pobreza e/ou proteção aos pobres, considerados vulneráveis aos riscos ambientais. Foi com tal argumentação, como constatado por Gonçalves (2013), que gestores no Rio de Janeiro, recentemente, justificaram remoções involuntárias em face dos grandes projetos urbanísticos.

Na verdade, como assevera Zanirato et al. (2008), a gestão do risco exige a apreensão de suas múltiplas faces e não pode se restringir aos aspectos técnicos que mensuram ou apontam o grau do acontecimento. É preciso analisar as dimensões culturais, sociais e econômicas das pessoas que estão no território as quais refletem a desigualdade socioespacial, bem como sair em busca das intervenções e/ou omissões históricas das autoridades públicas que configuram e reconfiguram o desenho da cidade.

Com efeito, em cidades com rico cenário paisagístico, a exemplo do Rio de Janeiro, palco de dois megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), a exaltação do discurso ambiental associado à defesa da vida no sentido de proteção contra riscos ambientais, está despolitizando e desqualificando as lutas sociais referentes à questão urbana. A remoção de moradores de favelas, antes integradas ao centro, para áreas afastadas, revela como o processo de saneamento ambiental e embelezamento paisagístico está sendo conjugado com a segregação socioespacial (GONÇALVES, 2013).

Manter-se, portanto, atento para os diversos usos de noções como risco ambiental, contribui para que as representações sócio-espaciais sobre determinadas regiões envoltas nos grandes projetos urbanísticos sejam melhor elucidadas. Nesse sentido, captar as práticas espaciais e discursos insurgentes, assim como sugere Souza (2014), significa também entender outras formas apropriação do espaço urbano, ampliando a realidade a partir de múltiplas perspectivas.

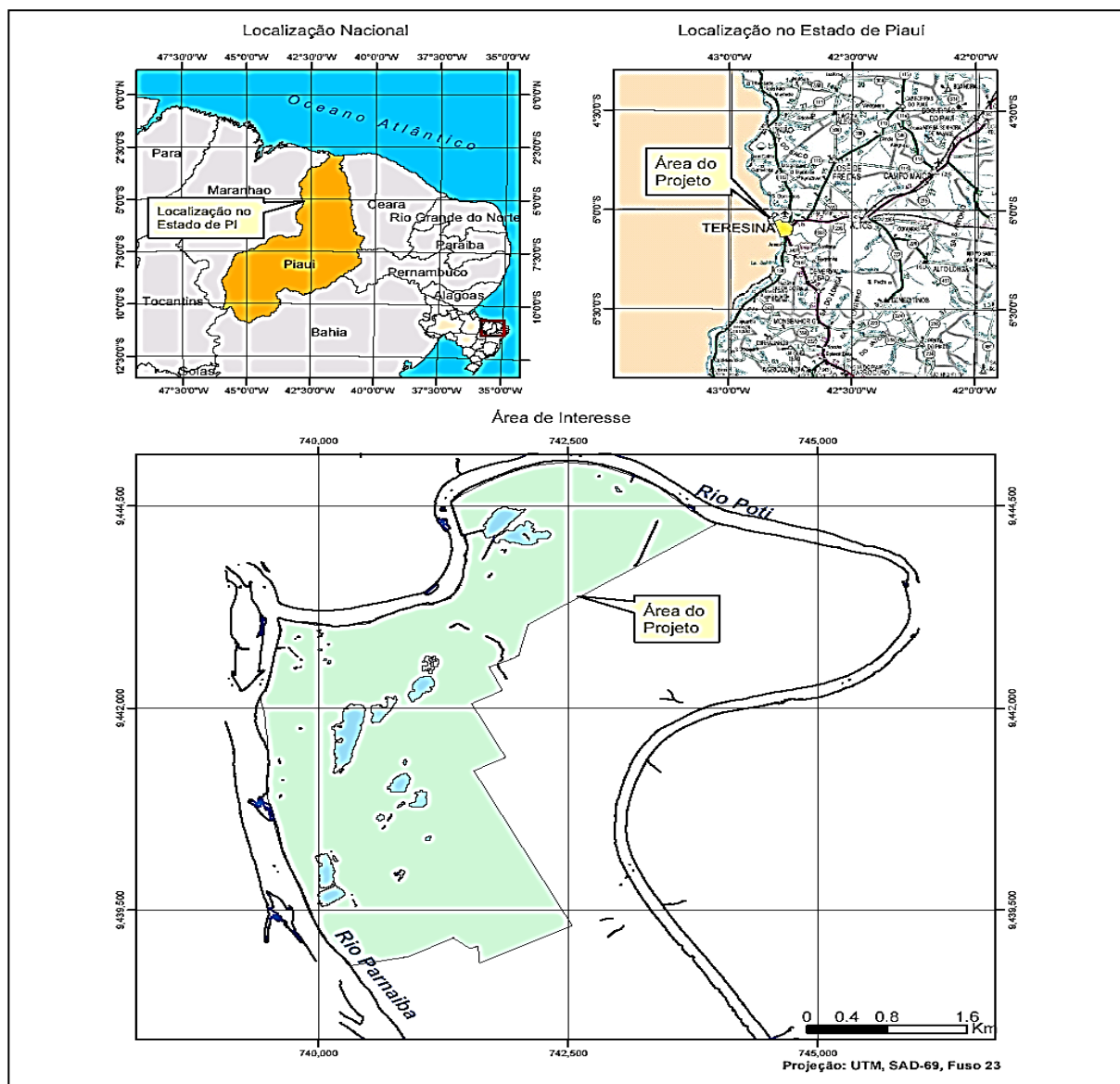
Desse modo, a historicidade e a multidimensionalidade do espaço urbano, abordadas por Santos (2006) e Lefebvre (2006), vinculam-se a uma pluralidade de representações sócio-espaciais (SOUZA, 2014) as quais são expressadas de diferentes modos pelos agentes sociais que constroem o espaço urbano (CORRÊA, 2014). Nesse processo, as relações sociais, percepções e pertencimentos sobre o lugar que se vive, que se pretende estar ou viver, fazem

da produção do espaço cenário de disputas e de apropriação material e simbólica do urbano (como, para quem e com que finalidade).

A construção da marca “região das Lagoas do Norte” como problema e objeto de intervenção urbanística em Teresina-PI

O município de Teresina-PI está localizado à margem direita do Rio Parnaíba, na porção do médio curso dessa bacia hidrográfica, onde recebe as águas de um de seus principais afluentes, o rio Poti. Atualmente, a Zona Norte, composta de 25 bairros (TERESINA, 2013), é objeto de um grande projeto urbanístico - Programa Lagoas do Norte – envolvendo 13 bairros (TERESINA, 2008) e 92.016 habitantes (BRASIL, 2010), cuja área de intervenção está representada na figura 1.

Figura 1- Localização da área de abrangência do Programa Lagoas do Norte. Teresina-PI



Fonte: Teresina (2007)

Apoiado pelo Banco Mundial⁶, tal intervenção compõe-se de ações urbanísticas, socioeconômicas e ambientais destinadas a solucionar problemas relativos ao uso e ocupação do solo (irregularidade fundiária, precariedade habitacional, lixo, poluição, degradação e risco ambiental) considerados como prejudiciais à qualidade de vida dos seus moradores (TERESINA, 2008). A justificativa para ações emergenciais alia-se à pretensão de transformar a área num cenário social e ambientalmente seguro e economicamente atrativo.

[...] a região das Lagoas do Norte [...] apresenta, dentre vários problemas, um elevado grau de degradação sanitária e ambiental, com forte descaracterização e comprometimento do ecossistema local, severo estado de poluição das águas e do solo, elevada suscetibilidade a enchentes periódicas, grande número de habitações em situações de risco - às margens e sobre as lagoas - fatores estes que comprometem sobremaneira a qualidade de vida da população local. A intervenção do poder público local na região com a implantação de ações planejadas de desenvolvimento urbano mostra-se urgente e inadiável (TERESINA, 2008, p.8).

A expressão “região das Lagoas do Norte” tão recorrente nos documentos oficiais (TERESINA, 2008; 2014) significa mais do que uma referência de conteúdo físico-espacial e/ou natural centrada na presença da água na paisagem. Representa sócio-espacialmente a ação de domínio de uma área por parte do Estado evidenciada em ações definidas no marco de referência do Programa como de “requalificação local” (TERESINA, 2008, p.13). A expressão “requalificar” denota, portanto, um sentido de tornar novamente habilitado algo que, na perspectiva da Prefeitura, está disforme, com uso inadequado, sem valor ou função apropriada.

No plano simbólico do *marketing* urbano (VAINER, 2002) reside o interesse do governo municipal em transformar a região numa marca positiva da cidade, explorando ao máximo o cenário paisagístico das lagoas e da confluência dos rios, divulgando-a e capitalizando-a como bem natural de promoção da autoestima cidadina. Pretende, dessa forma, torná-la um circuito cultural e ambientalmente sustentável, habilitada a receber pessoas interessadas na estética e amenidades de sua paisagem lacustre e ribeirinha, conforme fica evidente no discurso do prefeito durante assinatura do contrato com o Banco Mundial para efetivação da segunda etapa do Programa Lagoas do Norte.

Esse contrato financiará as obras da segunda etapa do Lagoas do Norte. O programa já demonstrou, na primeira fase, sua capacidade de transformar aquela região tão bonita e importante da nossa capital. Nessa segunda fase, nós teremos uma intensificação das obras, indo da Jim Borrvalho (bairro São Joaquim) ao Encontro dos Rios. Queremos transformar aquela região em cartão postal para nossa cidade, orgulho da nossa capital [...] (TERESINA, 2016).

Em face das relações dos vários agentes (moradores, visitantes, gestores e autoridades políticas) com os atributos físicos e naturais, tal área é problematizada e representada de distintas formas, conforme seus interesses e práticas de apropriação. Nesse sentido, a expressão “região das Lagoas do Norte”, na verdade, faz parte do processo de configuração da

⁶ Trata-se da primeira experiência da Prefeitura de Teresina com financiamento externo do Banco Mundial, através de duas operações consecutivas: 1) Empréstimo 7523 – BR, no valor de US\$ 31,13 milhões, aprovado no final de 2008, para financiar a primeira etapa do Programa, já concluída; e 2) Empréstimo Adicional 8586-BR, no valor de US\$88,00 milhões, aprovado em outubro de 2016, para o financiamento da segunda etapa, em fase inicial de execução.

Zona Norte, refletindo as transformações urbanas que a cidade experimenta desde sua criação. Trata-se, como afirma Correa (2014), de alterações na paisagem, funções e usos que servem de referência para entender como no processo de expansão urbana é produzida e (re) produzida a cidade.

A “Região das Lagoas do Norte” como lugar estratégico e potencialmente econômico: a cultura e o meio ambiente como valores de uso e troca

A apropriação e/ou dominação do espaço não se dá como uma realidade física, mas como uma realidade social à qual, em face de uma intenção e propósito, atribui-se valor e/ou importância (SANTOS, 2006; LEFEBVRE, 2006). Daí a realidade física passa a se constituir de objetos dotados de uma presença humana e por ela qualificados. Trechos de registros do diário do então governador João da Maia Gama em 1728 sobre a Barra do Poti, reúne uma série de qualidades que revelam, à época, o interesse colonizador do povoamento em face da localização estratégica e econômica do lugar:

[...] aqui tornei a observar o sítio, comodidade e conveniências que já em dois lugares tenho acima referido para se fazer aqui uma boa povoação por ter águas, lenha, madeiras, peixe, e terras para todos os mantimentos e fica no meio das freguesias para a parte das costas as do Surubim, Longazes e Piracuruca, e para parte do sertão do Gurguéia e Parnaguá, e para o Sul o próprio Piauí, e para o Norte todas as nossas povoações por parte do Maranhão (GAMA, 1728apud CARVALHO, 2005, p.49).

Tal motivação explica, de certo modo, a expulsão dos índios Potis da nação Tremembé, os quais, segundo Chaves (1998) lá habitavam antes da chegada dos colonizadores o que a faz também, ser representada sócio-espacialmente como cenário histórico de conflitualidade pelo uso e ocupação do solo.

Segundo Costa Filho (2002), a posição geográfica da Barra do Poti facilitava a ligação entre Oeiras e Parnaíba, contribuindo para o crescimento de uma comunidade de pescadores. Com a edificação da capela Nossa Senhora do Amparo, em 1797, o lugarejo conquista o *status* de povoado e, em 1832, a condição de Vila do Poti. Entretanto, tal mudança de estágio na hierarquia urbana portuguesa não teria sido suficiente para que a Vila conquistasse um perfil urbano. Na verdade, conforme ainda o autor, era um arraial sem plano geométrico e não pavimentado. A maioria das casas era de palha. A economia do lugar girava em torno das roças de terra seca e vazantes, comércio de fumo, aguardente e carne. Outra fonte de renda era a cobrança da utilização da passagem no rio Poti.

Embora não se caracterize atualmente como um povoado rural, mas sim como um bairro da zona urbana, onde 79% dos empreendimentos formais são dedicados as atividades comerciais e serviços (TERESINA, 2016a), a pesca artesanal ainda se mantém como fonte de sobrevivência⁷, sendo a mesma registrada e atribuída pelo governo municipal como uma das marcas tradicionais do bairro Poti Velho,

Tanto os pescadores artesanais quanto outros moradores e/ou trabalhadores ribeirinhos - como os vazanteiros e os artesãos que vivem e/ou trabalham na região já foram objetos diversos estudos antropológicos e sociológicos que, guardando suas particularidades disciplinares têm em comum uma abordagem que busca colocar em perspectiva as práticas

⁷ Segundo Amorim (2010), dos 700 pescadores artesanais cadastrados no sindicato da categoria, 450 residem no bairro Poti Velho o que representa 64,28% do universo.

cotidianas desses moradores, sua integração ao meio ambiente (rios, lagoas, fauna, flora e solo) e como dela fazem uso (AMORIM, 2010; MONTE, 2016; PEREIRA, 2017).

Entre as várias atividades, destacam-se aquelas praticadas desde a origem da ocupação da região como a pesca e a agricultura nas vazantes, mantidas até hoje, mesmo de forma precária. Outras atividades que se desenvolveram, a partir da década de 1950 foram a das olarias (atualmente extintas) e o artesanato que se modernizou a partir da década de 1980 e se consolida atualmente num Polo Cerâmico. O significado de tais ofícios para estes estudos reside na contribuição da produção material (econômica) e imaterial (cultural) da cidade, o que faz a região ser reconhecida como lugar de fortes tradições culturais.

Os pescadores, sobretudo os artesanais, como no caso dos ocorrentes no bairro Poti Velho (Teresina-PI), praticam a pesca em pequena escala, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada na própria comunidade. A produção é familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes. Tal atividade acontece tradicionalmente desde 1760, quando, na Barra do Poti, formaram-se os primeiros pequenos aglomerados de casas habitadas por plantadores de fumo, mandioca, canoieiros e pescadores (AMORIM, 2010, p.57).

As tradições culturais do bairro Poti, relacionadas ao barro, seja através da atividade dos oleiros ou dos/as artesãos/ãs, são elementos importantes do lugar, reconhecidos pela população que ali vive e trabalha (MONTE, 2016, p. 139).

A zona norte aparece [na fala dos vazanteiros], então, como o lugar das origens, mas não somente: pois ela é também o lugar da riqueza, da força e do poder daqueles que deram o sangue e construíram a cidade a partir dos próprios corpos. É o lugar das gentes indígenas e negras que, majoritariamente, fizeram os tijolos, as telhas e forneceram a mão de obra para a edificação de casas, prédios e igrejas no centro da cidade de Teresina (PEREIRA, 2017 p. 194).

A quase escolha da Vila Velha do Poti como sede da capital da província do Piauí na primeira metade do século XIX (CHAVES, 1998) torna-se emblemática dessa representação sócio-espacial da região como cenário de relevância histórico-cultural. O Programa Lagoas do Norte em seu material de divulgação (TERESINA, 2016b, p.1) reconhece “[...] a Zona Norte, ‘o berço da cidade’, [...] conhecida pelo artesanato do Polo Cerâmico, pelas manifestações culturais e fortes tradições”.

Tal percepção corrobora uma das principais narrativas de pesquisadores, literatos e relatos de moradores⁸ sobre o bairro Poti Velho como lugar das origens e/ou primórdios da capital. Não obstante tal confluência de discursos sobre a Zona Norte destacar sua riqueza histórica e tradições, a principal “isca”⁹, motivação para a intervenção na área, é ambiental.

Análise dos documentos do Programa Lagoas do Norte (TERESINA, 2007, 2008, 2014) permite constatar que, a pretexto de valorização local e melhoria da qualidade de vida, as ações de recuperação, saneamento, preservação e uso sustentável do meio-ambiente (rios,

⁸ Além desse significado atribuído à Zona Norte, associado sobretudo ao Poti Velho, Pereira e Moraes (2014) identificaram outros sentidos, como lócus da pobreza, do polo cerâmico e turístico, espaço de políticas de urbanização.

⁹ Expressão usada por Arantes (2002) para evidenciar o uso da dimensão cultural para encobrir e justificar intervenções urbanísticas, capturando assim um público solvente que possa consumi-la, transformando-a em produto urbano.

lagoas e solo) servem como principal motivação para “requalificar áreas” na “região das lagoas”.

A captura da riqueza ambiental existente na Zona Norte, direcionando-a para o desenvolvimento econômico, pode ser evidenciado na própria concepção urbanística e paisagística presente no programa, sobretudo, a ideia de construção de um “cluster turístico”, cuja realização dependerá, dentre outras medidas previstas, do reassentamento involuntário de milhares de famílias (TERESINA, 2014a).

A remoção de moradores é justificada pelo risco de enchentes e/ou alagamentos, o que faz a “região das Lagoas” ser reconhecida também como um cenário de um processo de uso irregular do solo, de degradação ambiental, inadequada para morar. Apropriar-se dessa potencialidade estética da paisagem ribeirinha e lacustre direcionando-a ao lazer e o turismo, implica numa conflitualidade espacial com a população que foi se instalando ao longo das décadas na proximidade desses cursos d’água, retirando meios de sobrevivência das condições geográficas e ambientais existentes na região.

A transformação urbana da Zona Norte da cidade: agentes e suas relações com o espaço

Não obstante a permanência das “marcas do vivido” (LEFEBVRE, 2006), novas “formas-conteúdos” (SANTOS, 2006) vão surgindo no processo de expansão urbana experimentado na cidade. Logo, a Zona Norte, e parte desta região, ressignificada como “das Lagoas do Norte” não seria diferente.

Até 1940 a Zona Norte foi sendo ocupada de forma lenta e gradual a partir da incorporação de áreas posteriores à linha férrea (LIMA, 2010). Desse modo, a instalação de feiras, no final do século XIX, contribuiu para a formação do bairro Mafuá. A abertura de uma via que ligava o núcleo central ao Poti Velho, na década de 1920, e a instalação de um matadouro numa área de baixa vegetação concorreu para o que viria a ser o bairro Matinha (TERESINA, 2016a).

Após a década de 1940, surgiram outros bairros, como a Vila Operária, a Vila Militar e Matadouro. Entretanto, antes de ser incorporada como zona urbana, a região entre estes bairros e o Poti Velho tinha estrutura fundiária de fazendas, transformando-se, posteriormente, em chácaras e/ou vacarias de produção leiteira que se mantiveram até a década de 1950, as quais inclusive influenciaram denominações de bairros atuais tais como Pirajá, Acarape, São Joaquim, Alto Alegre e Mocambinho (TERESINA, 2016a).

Com a implantação da Estação Experimental Apolônio Sales do Ministério da Agricultura, na década de 1950, alguns trabalhadores rurais da empresa e famílias que receberam lotes de terras do prefeito João Mendes Olímpio de Melo (TERESINA, 2016a) se instalaram na região conhecida como Buenos Aires.

Nas décadas de 1960 e 1970, a Zona Sul tornou-se alvo de investimentos federais e estadual, com a implantação de grandes conjuntos habitacionais expandindo-se para além dos seus limites urbanos e crescendo demograficamente, enquanto na região norte, devido às condições físicas desfavoráveis, a ocupação ainda não se completava (LIMA, 2010).

Com a grande incidência de lagoas e terrenos alagadiços, sobretudo na direção dos bairros Matadouro e Poti Velho, na década de 1960, ainda persistia, segundo Monte (2010), uma vasta área que compunha o bairro Feira de Amostra pouco ocupado. Vale ressaltar que a história da ocupação da Zona Norte, além de confundir-se com a problemática da moradia na cidade, articula-se, ainda, com a apropriação de recursos em função de seu uso e troca.

O crescimento demográfico e a expansão urbana desfavoreciam a criação de gado, como visto, atividade predominantemente anterior à década de 1950. Áreas de quintas e pastos iam sendo gradativamente ocupadas. A propriedade São Joaquim, do ex-prefeito Joel

da Silva Ribeiro, por exemplo, foi objeto de ocupação de algumas famílias no final da década de 1960 e início de 1970, isto é, antes da instalação do conjunto que legou o nome da chácara que, por sua vez, dá nome ao bairro (TERESINA, 2016a).

Nas décadas de 1960 e 1970, devido à associação de intenso fluxo migratório e a expansão da infraestrutura básica, Teresina se transforma num verdadeiro canteiro de obras (VIANA, 2013). Com a demanda cada vez maior para edificação da cidade, toma impulso na região norte a atividade de extração e beneficiamento de argila, destacando-se a atividade oleira para a fabricação de telhas e tijolos na região. Assim, com o barro ou argila de boa qualidade, água em abundância e a relativa proximidade do centro, facilitando a venda dos produtos fabricados, a área foi sendo ocupada, inclusive contribuindo para a formação de um bairro denominado de Olarias. Do processo de retirada da argila, também nesse período, desenvolveu-se o artesanato que, atualmente, é referência cultural e econômica do Poti Velho (MONTE, 2016; TERESINA, 2016a).

Tal extração mineral, sobretudo da atividade oleira, produziu lagoas artificiais, que se juntaram às naturais, permitindo que a região norte abrigasse 34 lagoas, com profundidades e dimensões variadas (MOURA; LOPES, 2006). Atualmente, existem 12 lagoas, das quais 10 estão interligadas (TERESINA, 2007).

Até 1970, os conjuntos habitacionais construídos pela Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI), na Zona Norte, mesmo compondo um número ainda pequeno de unidades habitacionais, se comparados a outros instalados nas Zonas Sul e Leste, contribuíram com o adensamento da região¹⁰. Nesse contexto também é instalado um dos primeiros conjuntos do INOCOOP na cidade numa área intermediária da zona de expansão da zona norte, o Acarape, com 604 unidades (TERESINA, 2016a). Constituído por setores de classe média, o Acarape conquistou *status* de bairro, estando entre os 13 que compuseram a área de intervenção do Programa (TERESINA, 2008).

Com o aumento do fluxo migratório para Teresina nas décadas de 1970 e 1980, e o agravamento da problemática da moradia, assim como outras áreas, a Zona Norte passa a ser ocupada por pequenos núcleos de favelas formadas por migrantes recém-chegados ou por famílias expulsas de outras áreas centrais em razão da construção de ruas e avenidas (LIMA, 2010).

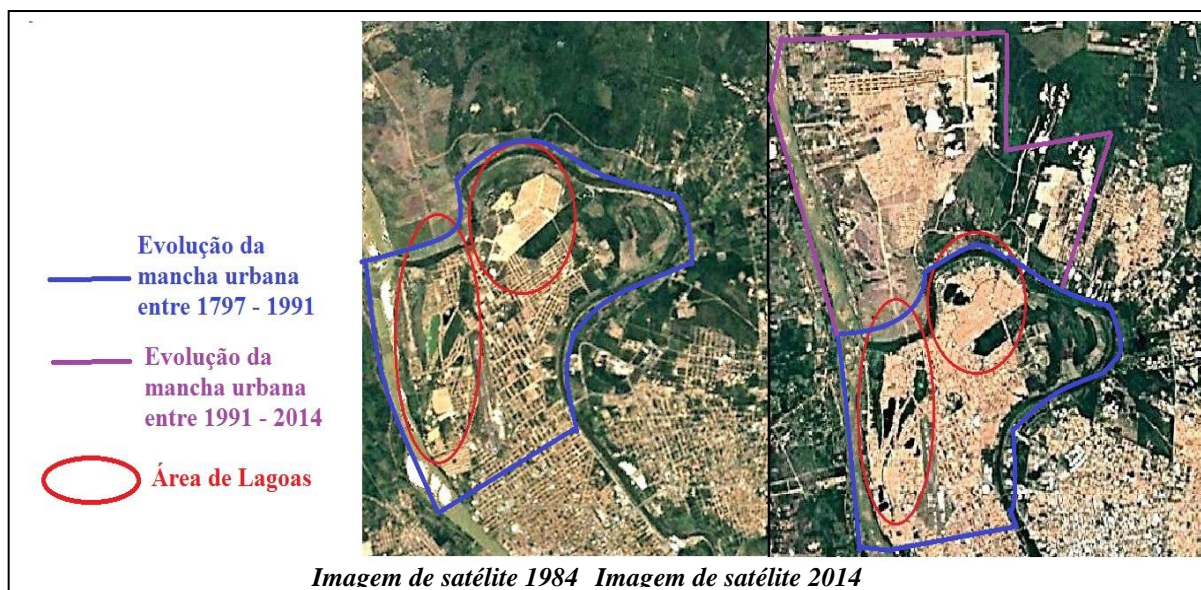
Desse modo, bairros como Buenos Aires e Água Mineral, com topografia elevada, e o Mafrense, região baixa e mais vulnerável as enchentes, próximo ao Poti Velho, são áreas para onde muitas dessas famílias acorreram e/ou para lá foram removidas (MONTE, 2010; TERESINA, 2016a).

Até a década de 1980, embora limitado pela barreira natural do Rio Poti, o adensamento urbano da Zona Norte - como se nota nas imagens de satélite em dois períodos distintos, com destaque para áreas onde se localizam lagoas (Figura 2) - foi se consolidando com a ocupação dos vazios, pela instalação de grandes conjuntos habitacionais e com a produção de assentamentos precários pelo Movimento dos Sem Teto (LIMA, 2010).

Segundo Lima (2010), superado o obstáculo com a transposição do rio, facilitada pela construção, em 1991, da ponte Mariano Gaioso Castelo Branco, na altura do bairro Poti Velho, viabilizou-se o processo de expansão da Zona Norte. A evolução da mancha urbana entre 1991 e 2014, como se observa na Figura 2, evidencia tal expansão.

¹⁰Os conjuntos União (80 unidades) e Primavera (287 unidades) na Zona Norte contrastavam, por exemplo, com os conjuntos da Zona Sul: Parque Piauí (2.294 unidades) e Saci (2.034 unidades) e da Zona Leste: Itararé (2.040 unidades) (LIMA, 2010).

Figura 2: Imagens de satélite da região norte de Teresina em 1984 e 2014.



Fonte: GOOGLE, Google Earth (2017) com adaptação dos autores.

Partindo do enfoque de Santos (2006, p.148), quando afirma ser o lugar um “[...] teatro de combinações pouco duráveis, [...] onde a cada momento, [...] torna-se objeto de um processo de desvalorização e revalorização”, a região das “Lagoas do Norte” é representada de forma ambígua. Por um lado, é reconhecida como lugar estratégico devido as riquezas ambiental e tradições culturais, constituindo-se área “apropriada” para o desenvolvimento econômico. Contudo, simultaneamente, também é representada como cenário “inapropriado” ou “inadequado” para residir. Tais contradições refletem os conflitos socioambientais existentes na região.

A “região das Lagoas do Norte” como cenário de degradação, riscos e conflitos socioambientais

A descrição do povoamento Poti Velho como uma área inadequada para viver, devido ao “risco de enchentes” e à “insalubridade”, segundo Chaves (1998) e Costa Filho (2002), já fazia parte da visão das autoridades do século XVIII e XIX. Conforme Costa Filho (2002, p. 15), esse núcleo que nasceu “sob os signos das águas [...]” e cada vez mais delas dependia, também se “incomodava” com sua presença. A despeito do usufruto de bens naturais necessários para a reprodução da vida das pessoas, como via de transporte e comunicação e como local de trabalho, ocupar a desembocadura do Poti e do Parnaíba também significava viver sob a ameaça da elevação de suas águas e das lagoas existentes.

Diante das constantes cheias periódicas, a “[...] vila era invadida pelas águas, que arrastavam plantações, casebres, capela, tudo o que encontravam pela frente” (COSTA FILHO, 2002, p.25). Na verdade, como assevera Santos (2011), a interferência do homem no meio ambiente próximo de cursos de águas ressignifica a cheia que, de fenômeno geofísico e natural, transforma-se em enchente e inundação passando a ser construção histórica e social.

Ressalta-se que até a década de 1960, a região norte era pouco habitada, possuindo baixa densidade demográfica, com efeito, as consequências das enchentes eram menores. À medida que se intensificou o processo de ocupação em áreas próximas do curso de águas, a partir da década de 1970 o problema se agravou, passando, assim, a exigir soluções cada vez

mais complexas, as quais segundo a Prefeitura de Teresina, estão sendo solucionadas pelo Programa Lagoas do Norte (TERESINA, 2007).

Os Relatórios de Avaliação Ambiental (TERESINA, 2007; 2014) produzidos para subsidiar a montagem do Programa Lagoas do Norte apresentam as relações existentes entre a “degradação”, o “risco ambiental” e suas causas. A despeito de a Prefeitura reconhecer que historicamente gestões do município foram corresponsáveis por esse processo “desordenado” e “irregular” de ocupação que levam à “degradação ambiental”, a população é tida como causadora, e ao mesmo tempo, vítima e incapaz de sozinha enfrentar tal processo.

Os problemas se sucedem atuando em ciclo, um contribuindo para agravar o outro; a drenagem comprometida por ocupação irregular e desordenada gera inundações, atingindo uma população que vive precariamente às margens dos cursos d’água e os compromete, com a poluição gerada por resíduos líquidos e sólidos. Essa população que polui é a mesma que vive precariamente dos recursos naturais ainda existentes (mineração, artesanato, pesca artesanal de subsistência) e que não tem a sua disposição os equipamentos de infraestrutura necessários para a melhoria das condições urbano-habitacionais nas bacias em questão, ou seja: água, esgoto, coleta regular de resíduos, etc. O quadro de fragilidade do ambiente natural se complementa com essa população também vulnerável, que não sabe como atuar de maneira menos impactante em seu ambiente construído, carecendo de ações que propiciem geração de renda, educação ambiental e sanitária, etc. (TERESINA, 2007 pag. 22).

De fato, a degradação ambiental e a vulnerabilidade social são comprovadas por estudos ambientais, físicos-geográficos, estatísticos e de engenharia, bem como representadas por imagens fotográficas de cenas de poluição e risco (figura 3), conforme os dados oficiais (TERESINA, 2007). Entretanto, a reiteração do discurso do crescimento desordenado como principal gerador de espaços degradados, vulneráveis e ilegais, não esclarece o que “[...] por trás da aparente ‘desordem’ há uma ‘ordem’ sócio-espacial derivada dos imperativos imanentes ao capitalismo e dos vetores de força típicos de sociedades heterônomas” (SOUZA, 2014, p.152).

Ademais, o processo histórico de ocupação não foi iniciativa (espontânea e/ou involuntária) das famílias pobres. O baixo preço dos terrenos nas áreas periféricas e mais baixas da cidade, apesar de não disporem de infraestrutura urbana, foi fator de atração para a instalação por parte do Estado de conjuntos habitacionais populares, como o São Joaquim e o Mocambinho, localizados em área de alta vulnerabilidade.

Destarte, em 1985, o adensamento da população em áreas alagadiças conjugado à simultaneidade dos picos de vazão dos rios Poti e Parnaíba implicando na penetração do fluxo de água, pelo rio Poti, numa posição não protegida pelo dique Boa Esperança, causou uma grande enchente que atingiu centenas de famílias na cidade, sobretudo, em áreas como as dos bairros Poti Velho, Mafrense, Nova Brasília e o Mocambinho, conjunto recém-instalado (TERESINA, 2007).

A carência de condições de habitabilidade associada à não resolutividade dos governos quanto à situação agravada pelas enchentes implicou no recrudescimento dos conflitos pelo uso e ocupação do solo, a partir do deslocamento da população atingida na cidade, sobretudo, na própria Zona Norte, onde os moradores buscaram teto mais seguro onde já residiam e construíam laços de identidade e sobrevivência.

Assim, áreas vazias, públicas, no bairro Aeroporto, e áreas privadas nos bairros Água Mineral e Primavera foram ocupadas pelas famílias sem-teto, o que conquistou ampla visibilidade na mídia impressa. Entretanto, como se vê em manchetes de jornais a repercussão

de tal fenômeno não estava associada com o reconhecimento dos atingidos pelas enchentes como cidadãos de direitos, negados pelo processo desigual de ocupação e uso do solo, mas como condição ora de flagelados e/ou alagados, portanto, vítimas de uma calamidade natural, ora criminalizados como invasores.

Desabrigados invadem casas no conjunto São Joaquim (O DIA, 26.01.1985);
Alagados expulsos de terrenos por policiais (O DIA, 21.05.1985);
Policiais usam metralhadoras e expulsam alagados no Aeroporto (O Estado, 21.05.1985);
Alagados invadem terreno na zona norte (Jornal da Manhã, 21.05.1985);
Vila Tancredo dos Alagados já possui 100 famílias (O DIA, 14.06.1985);
Flagelados reagem a ação de despejo (O Estado, 04.07.1985).

Ressalta-se que as ocupações que deram origem as Vilas Risoleta Neves e Tancredo Neves na Zona Norte tornaram-se emblemáticas porque a estas sucederam-se novas práticas caracterizadas pela afirmação de direito à moradia das famílias envolvidas, marcando, de forma definitiva, um novo momento dos conflitos urbanos na cidade (LIMA, 2003).

Na década de 1990 continuou o adensamento populacional na área. Ocupações que originaram, por exemplo, as Vila Carlos Feitosa, Padre Eduardo, Apolônia, Vila Pantanal, Vila Mocambinho e Vila São Francisco, intensificaram o aterramento parcial de lagoas e canais, bem como o adensamento no seu entorno. Os diques marginais dos rios Parnaíba e Poti também foram sendo ocupados com residências e pequenos negócios (TERESINA, 2007).

Nesse processo ocorreu a degradação das lagoas, que se tornaram desembocaduras de esgotos e de lixo (figura 3), interferindo na capacidade de escoamento do sistema, transformando-o em focos de doenças para a população (MOURA; LOPES, 2006).

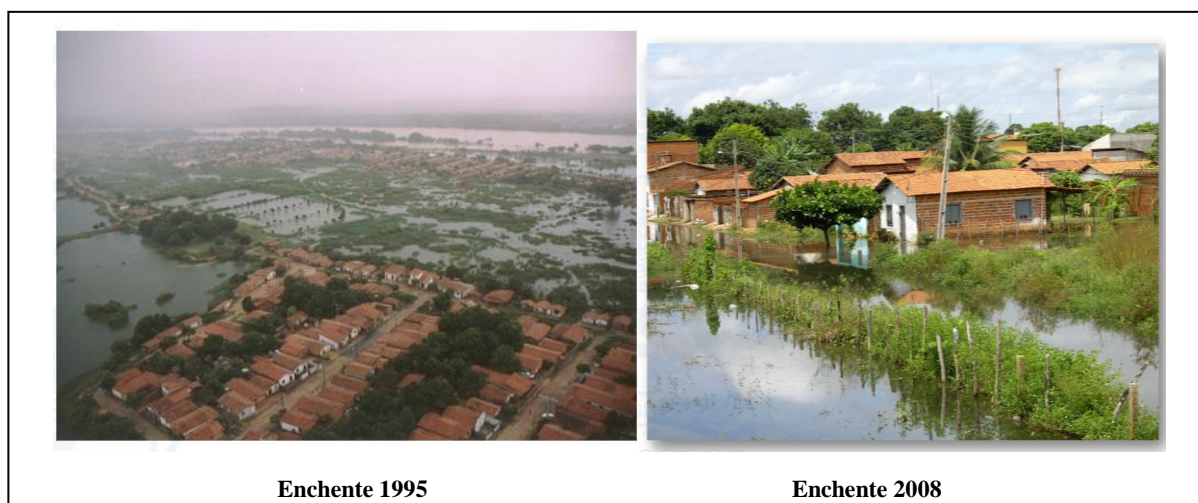
Figura 3: Imagens representando a degradação de canais e lagoas na região norte



Fonte: Teresina (2007)

A impermeabilização dos solos das bacias hidrográficas e de áreas fluviais ambientalmente frágeis, entre outros fatores, continuaram a causar as enchentes como as de 1995, 2004 e 2009, que atingiram parte da população local (figura 4, página 14).

Figura 4: Imagens de enchentes na região norte de Teresina-PI



Como já foi visto as condições ambientais, o perfil epidemiológico, as condições de moradia e infraestrutura básica precária foram cruciais para justificar a implantação do Programa Lagoas do Norte a fim de tornar, segundo vídeo de divulgação sobre o programa, a área mais bela e segura para viver,

O Programa Lagoas do Norte, desenvolvido pela Prefeitura de Teresina em parceria com o Banco Mundial, quer resgatar toda a beleza dos encontros das Lagoas do Norte com as pessoas e está se tornando um complexo turístico-ambiental que é referência para toda a cidade, por isso, uma nova paisagem de vida vai se criando na cidade, revitalizando suas águas e gerando um novo jeito de viver para mais de cem mil pessoas de treze bairros da Zona Norte da cidade. Este é o sentido das Lagoas do Norte, dar vida nova para mudar a vida dos que vivem por aqui. Vocês sabem: o encontro das águas com o homem trouxe muitos problemas. Áreas das Lagoas foram aterradas, casas construídas nas regiões ribeirinhas. Outras foram escavadas para retirar a argila ampliando as lagoas e muito lixo foi jogado nas águas. A beleza transformou-se em pesadelos e sofrimentos. Com enchentes e focos de doenças (informação verbal)¹¹.

Das ações executadas entre 2008 e 2014, as que produziram alterações socioespaciais significativas na região (figura 5, página 15), destacam-se as obras nas áreas de lagoas da Piçarreira, Cabrinha e Lourival, localizadas ao longo do canal da Vila Padre Eduardo (TERESINA, 2014b). Tais áreas foram saneadas e urbanizadas. Parte das famílias foi removida e reassentada na própria região, e o lugar transformado no Parque Linear.

Em 2010, das 493 famílias removidas do bairro São Joaquim, 327 foram reassentadas no Residencial Zilda Arns, localizado no bairro Nova Brasília. Entre 2012 e 2014 foram inaugurados o Parque Linear Lagoas do Norte e o Complexo Cultural Teatro do Boi, e também, entregues obras de urbanização, saneamento e mobilidade urbana, tais como reformas de praças, instalação de equipamentos de lazer, limpeza, retificações e melhoria das interligações entre lagoas e canais, melhoria do sistema de controle do nível de águas, ampliação do esgotamento sanitário, alargamento de avenidas, construção de calçadas e ciclo faixas, dentre outras (TERESINA, 2014).

¹¹ Trecho da fala da apresentadora Stephania Rafaelli no vídeo de divulgação do Programa Lagoas do Norte (TERESINA, 2014a).

Figura 5: imagem de antes e depois da primeira fase da intervenção do Programa Lagoas do Norte



Fonte: Teresina (2014b)

Devido à abrangência, impacto e visibilidade dessas obras, representadas principalmente pelo conteúdo paisagístico do Parque Linear, o Programa Lagoas do Norte passou a ser divulgado pelo governo municipal nos âmbitos local e internacional (DUARTE, 2015), como de largo alcance socioambiental, de grande potencial turístico, resultante de uma gestão participativa e bem-sucedida.

Nesse processo de divulgação, o uso de termos como “participação”, “colaboração” “eficiência”, “reassentamento” e “qualidade de vida” são constantemente mencionados nos documentos oficiais (TERESINA, 2007, 2008, 2009, 2014), expressando o interesse da Prefeitura em legitimar e executar as ações de forma rápida, sem conflitos, como sugere um trecho do Projeto Técnico-Social desenvolvido na primeira etapa do Programa (2009) e outro do discurso de um consultor em vídeo divulgado para a segunda etapa da intervenção:

A participação da população é fundamental para o êxito do projeto de intervenção. Um trabalho realizado de forma coordenada, que provoque o comprometimento da comunidade, auxilia a população a perceber melhor os resultados, traz credibilidade ao Programa e ajuda a garantir a sustentabilidade das obras implantadas. A participação da comunidade, também, é importante para diminuição da ansiedade e apreensão gerada pelo reassentamento (TERESINA, 2009, p.10).

O Programa Lagoas do Norte nessa etapa vai fazer um processo de reassentamento e vocês vão ser transferidas tranquilamente para três residenciais que estão sendo planejados e construídos pagos pelo Programa onde vocês vão ter uma qualidade de vida extremamente diferente. Podem acreditar. A vida vai ser bem melhor depois que vocês saírem do local onde estão (informação verbal).¹²

Apesar de a Prefeitura afirmar que a remoção se dará de forma pacífica e que é uma forma de garantir a segurança e o bem-estar das famílias que residem em área de risco, outras

¹²Depoimento de Raimundo Caminha, consultor do Programa Lagoas do Norte apresentado no vídeo de divulgação do Programa Lagoas do Norte (TERESINA, 2014a).

práticas e discursos se insurgem por parte dos moradores que não aceitam serem deslocados e se sentem “atingidos” nos seus direitos, sobretudo o de continuar a viver na região.

Práticas espaciais e discursos insurgentes: o caso do Movimento dos Atingidos pelo Programa Lagoas do Norte

Em 2015 ganhou visibilidade o conflito entre a Prefeitura de Teresina e parcela das famílias que se sentiram ameaçadas em função do cadastramento realizado com o propósito de remover 2.180 famílias para a implementação da segunda fase do Programa Lagoas do Norte (TERESINA, 2014b). Parte das famílias insatisfeitas passaram a questionar a remoção, resistindo à desapropriação e exigindo a abertura de canais de diálogo com a Prefeitura para discutir e alterar o desenho da intervenção.

Dos imóveis a serem desapropriados, 1.501 (87%) estão localizados na área de intervenção denominada Lagoa dos Oleiros, situada no bairro São Joaquim. A mais afetada é a Avenida Boa Esperança¹³, com 210 imóveis, representando 12,13% do total. O motivo para desapropriação desses imóveis, registrado no Marco de Reassentamento Involuntário, concentra-se no sistema viário, isto é, na duplicação da via (TERESINA, 2014b). Tal ampliação, segundo argumenta a prefeitura, melhoraria a mobilidade para o Parque Encontro dos Rios o qual consolidaria o local como uma nova atração turística e de lazer de Teresina.

Em reação a possíveis remoções, surgiu o Movimento que ora se define como “Boa Esperança Resiste”, ora como “Atingidos pelo Programa Lagoas do Norte”. A despeito de ser o mesmo Movimento e as duas denominações representarem um caráter sócio-espacial e político, a primeira expressão reveste-se da referência comum daqueles que vivem há décadas próximos à avenida (até mesmo antes dela se constituir como tal), favorecendo assim a autoestima coletiva (PEREIRA, 2017). Já a segunda, apresenta-se com uma conotação territorial e política mais ampla, não restrita a uma comunidade, mas associando a todos que se consideram na condição negativa de estar sendo “atingido”, “agredido” ou “violado” em seus direitos. Tal referência vem em contraposição aos demais moradores que são os favorecidos pelas obras de saneamento básico, urbanização (reforma e construção de parques) e a duplicação da avenida.

A desculpa é que a Avenida vai ser alargada, como parte das obras do Programa Lagoas do Norte. E nós perguntamos: SEREMOS TROCADOS POR CARROS? Por que não financiar a melhoria de nossas casas, garantindo nossa permanência no local em que moramos há anos, criamos nossos filhos e de onde tiramos nosso sustento? (Trecho do panfleto ‘Prefeitura quer expulsar as famílias da Av. Boa Esperança!’, ATINGIDOS..., fevereiro de 2015).

O projeto apresentado pelos técnicos da prefeitura é muito “bonito”, mas não condiz com a realidade da comunidade e está voltado para uma pequena parcela da população teresinense (ricos e empresários) e para ser atrativo de turistas e não para o uso e desenvolvimento local [...] (ATINGIDOS..., 2015a, p.3).

Vejam bem, gente, ali nesse projeto só tem dois lados. Um lado beneficiado que são outros bairros que vão ganhar esgoto e vão ganhar isso, e nós, que

¹³ Interliga várias localidades na Zona Norte da cidade e recorta algumas áreas de abrangência do Projeto Lagoas do Norte.

somos os atingidos, que somos fundadores da zona norte e o que vamos ganhar? Remoção. (Trecho da fala de Cláudio Lima, morador do bairro São Joaquim, na audiência realizada na Câmara Municipal, em 23 de maio de 2016, para tratar da 2ª etapa do Programa Lagoas do Norte, CAMARA MUNICIPAL DE TERESINA, 2016, p.6).

Com efeito, os protestos de moradores contra as remoções se multiplicaram na região e foram assumindo o que Souza (2014, p.157) considera como “postura de insurgência explícita”. Assim é que, representadas pelo Centro de Defesa Ferreira de Sousa¹⁴, tais famílias passaram a assumir um discurso público de questionamento dos benefícios do Programa e se colocar contra a duplicação da avenida e obras concernentes, contestando, nesse processo, o discurso de que o lugar onde residem é área de risco.

Reafirmamos que não somos contra o projeto, mas somos contra esta política de limpeza urbana, proposta pelo prefeito Firmino Filho e sua equipe, na qual o pobre deve ser mandado para longe e dar lugar a empreendimentos para ricos. O prefeito e seu secretário mentem para o Banco Mundial dizendo que estamos em área de risco e ao mesmo tempo dá direitos a um empresário no ramo hoteleiro para construir uma pousada ao lado das casas que eles querem derrubar. É área de risco para pobres. E para o rico, não? (ATINGIDOS..., 2015a, p.2).

Ao usar nos seus documentos escritos, fotográficos, recursos audiovisuais e em manifestações¹⁵ expressões como “limpeza urbana”, “higienização social”, “gentrificação”, “direito à cidade”, dentre outras, o Movimento dos Atingidos produz um léxico sócio-espacial sobre a região, resultado dos constantes diálogos estabelecidos com representantes de organizações sociais, ativistas, militantes partidários e pesquisadores de universidades.

[...] O projeto Lagoas do Norte é uma questão de que o pessoal da pesquisa chama de gentrificação e que os outros chamam também de higienização social. É como se as pessoas pobres que tivessem aqui, que contribuíssem por Teresina, que têm uma história, elas deixassem a cidade feia. São elas que deixam a cidade feia, e não o poder público que esqueceu historicamente dessa região? Mas foi o poder público que esqueceu historicamente dessa região (informação verbal)¹⁶.

À medida que avança a execução do Programa Lagoas do Norte aumentam também pesquisas sobre os processos e efeitos dessa intervenção. Dentre estas, estudos¹⁷ sob o ponto

¹⁴ Organização não governamental fundada em 2008 que atua principalmente no bairro São Joaquim (CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA, 2008). O nome é uma homenagem a um dos primeiros residentes da comunidade Boa Esperança localizado no mesmo bairro. Os membros dessa organização são moradores de áreas que serão afetadas com o Programa Lagoas do Norte.

¹⁵ Registros do movimento, de suas articulações com apoiadores, das ações políticas, culturais, jurídicas, mobilizações, reuniões, audiências e protestos contra a remoção podem ser observados em fotos, vídeos, arquivos, artes, comunicados, relatórios postadas no: grupo público do Face denominado de Atingidos Pelo Programa Lagoas do Norte com endereço <https://www.facebook.com/groups/8397071627553075/>

¹⁶ Trecho da fala de Maria Lúcia Oliveira Souza, moradora do bairro São Joaquim apresentada no Documentário Lagoas do Norte, para quem? – Parte I (CANAL COMUNICATIVAS, 2017).

¹⁷ Catarina Nery da Cruz Monte estudou os direitos culturais do artesanato ceramista no Poti Velho em face do Programa Lagoas do Norte (MONTE, 2016); Lucas Coelho Pereira analisou o modo de vida dos vazanteiros da região (PEREIRA, 2017) e Francisca Daniele Soares do Carmo que está finalizando estudo sobre os povos de

de vista cultural e antropológico que analisam os impactos do Programa são utilizados como argumento pelo Movimento para comprovar a existência de modos de vida tradicionais. Sinalizam, portanto, perspectivas de saberes competentes que justificam a permanência dessas famílias e/ou de suas atividades.

Tais saberes produzidos por profissionais liberais (advogados e jornalistas), professores e pesquisadores ativistas da academia passam a orientar as famílias e suas lideranças, seja para interpretar os dados do Programa Lagoas do Norte, seja para debater e entender o contexto em que vivem, auxiliando e apresentando proposições alternativas as da Prefeitura.

[...] como eu disse, essa tensão social, que é esse nome que o pessoal dá na Antropologia, na Sociologia, que a [...] Daniele e o outro colega ali estudam. Essa tensão social quem criou foi a Prefeitura, e nós, pra resguardar o nosso patrimônio, porque conhecemos a nossa história, nós corremos pra universidade, pedimos aos doutores que são nossos amigos na universidade: - Doutor pelo amor de Deus nos ajude! Então lá na nossa comunidade, eles mandaram os alunos, estão estudando lá dentro da nossa comunidade, estão levantando coisas que vocês tão longe de saber, entendeu? Porque nunca que se interessaram pra ir lá. E a gente quer saber, o nosso estudo, a nossa fala, ela tem algum significado pra o Banco Mundial? (informação verbal)¹⁸.

Representantes do Banco Mundial, principal financiador do Programa, em reunião provocada pelo Movimento, trataram a questão socioambiental da região e dos conflitos dela decorrentes como um problema técnico, gerencial e legal – e não necessariamente político. Observa-se como principal referência discursiva o conteúdo legal e tecnicista.

Tem que estar declarado, tem que estar publicado, tem que ter um Decreto. Tem todo um arcabouço, então, tudo isso, é feito de estudos, e a gente quer a colaboração de vocês. Então, se já tem alguma coisa dada pelo IPHAN naquela região e que a Prefeitura, às vezes, deixa passar, porque afinal de contas, são coisas que, às vezes, foram feitas trinta anos atrás, vinte anos atrás e quem está administrando isso, não estava na época. Então, é preciso que se faça, né!? Normalmente, esses estudos são feitos por antropólogos, levados, estudados e avaliados e tudo mais. São estudos com alto grau de seriedade e, por isso mesmo, eles são muito respeitados. Então, eu diria que, [...] pela própria legislação brasileira e pelos direitos (humanos ou do banco) não tem como não ser atendido [...] (informação verbal)¹⁹.

Ressalta-se, ainda, que determinados estudos como os de Pereira (2016) realizados na região servem como uma espécie de “caixa de ressonância” dos interesses do movimento e/ou das famílias, à medida que publicizam os discursos e práticas sociais desses agentes,

Assim, a partir destes movimentos etnográficos, percebo: 1/ a Avenida como lugar de morada, trabalho e vida de vazanteiros/as e não-vazanteiros/as em

terreiros no contexto da intervenção do Programa (CARMO, 2017). Esta última, além de residir em um dos bairros de abrangência do programa, faz parte do Centro de Defesa Ferreira de Souza.

¹⁸ Trecho da fala de Maria Lúcia Oliveira Souza, presidente do Centro de Defesa Ferreira de Souza, em reunião com os representantes do Banco Mundial, ocorrida no salão episcopal da Arquidiocese de Teresina, em 28 de novembro de 2016.

¹⁹ Trecho da fala de representante do BIRD, em reunião com o Movimento dos Atingidos pelo Programa Lagoas do Norte, ocorrida no salão episcopal da Arquidiocese de Teresina, em 28 de novembro de 2016.

um contínuo processo biointerativo de habitação e 2/ o caráter racista e perpetrador de segregações étnico-raciais e etnocídios no ambiente urbano presente em políticas de “revitalização e requalificação urbana”, como o Programa Lagoas do Norte (PEREIRA, 2016, p. 13).

Desse suporte político, jurídico e acadêmico são promovidos “*loci* de referência discursiva” (SOUZA, 2014) elaborados e expressos em oficinas, palestras, rodas de conversa, audiências públicas, mesas-redondas, reuniões de planejamento e assembleias. Os espaços onde se desenvolvem tais práticas e eventos são diversos: na região onde residem (nos quintais das casas, em áreas vazias próximas as lagoas, no parque, nos pátios de escolas, igrejas e terreiros de umbanda), em ambientes acadêmicos (universidades e faculdades) e institucionais, como Câmara municipal, órgãos da prefeitura e Ministério Público.

As temáticas tratadas nestes eventos dizem respeito a questões relativas ao direito à cidade, especialmente sobre as relações de posse da área para além da dimensão individual, escriturada, mas como expressão da convivência, sobrevivência e das tradições e da memória coletiva do lugar.

No que se refere aos atos de protestos, denúncias e reivindicações expressas pelas manifestações na região, nota-se o uso de diversas linguagens: a exposição de cartazes em eventos organizados pela Prefeitura; as faixas e pichações com frases de efeito nos muros das casas; a produção de vídeos e curta-metragem; a arte de rua representando moradores e seu cotidiano. Grande parte dessas ações, divulgadas em páginas de redes sociais como o *Facebook*, vão configurando a região das Lagoas, sobretudo a Avenida Boa Esperança, como lugar de resistência.

Dossiê denominado “Projeto Lagoas do Norte: a verdade que a prefeitura quer esconder”, enviado ao Banco Mundial, em 2015, é indicativo de um contradiscurso em que se busca resgatar como a região foi, como está sendo e/ou como deveria ser apropriada. Ao enfatizar o uso da área como residencial, local seguro (livre de enchentes), onde os moradores constroem laços e convivem harmonicamente com a natureza, conservando-a, os manifestantes buscam, assim, contrapor-se ao discurso da Prefeitura quando esta faz menção e/ou divulga imagens da região, associando-a com a precariedade das moradias localizadas em áreas vulneráveis aos riscos de enchentes e ambientalmente degradadas.

Com efeito, é possível constatar as diferentes percepções que os agentes sociais envolvidos (gestores, técnicos e famílias) têm da mesma situação, produzindo diferentes noções dos riscos.

Enquanto para o governo municipal há o risco devido às condições ambientais, de a área em foco ser afetada pelas enchentes - atribuindo aí sua obrigação de proteger os cidadãos e preservar o meio ambiente para as gerações futuras -, o Movimento define como risco a “expulsão” das famílias da área onde residem, o que significaria a destruição dos laços sociais, econômicos e afetivos construídos, além da perda do patrimônio histórico-cultural e de seus meios de sobrevivência.

Por outro lado, as representações sobre as causas dessas condições de risco da área para a Prefeitura, como já visto, é a ocupação irregular, desordenada, de áreas de preservação ambiental, das condições naturais adversas, da falta de educação ambiental. Já para o Movimento, as situações de risco decorrem da precariedade e/ou falta de infraestrutura básica, devido à omissão da Prefeitura.

Nesse sentido, enquanto a prefeitura busca através de estudos geológicos e de engenharia comprovar que a área é de risco para moradia devido às enchentes, o Movimento argumenta, reforçado pelo Ministério Público do Estado do Piauí (2015, 2016), que o que deve ser eliminado é o risco, preservando-se os modos de vida e história dos moradores, mantendo-os em suas residências.

À medida que não se vislumbra ainda consensos entre a Prefeitura e o Movimento, os sentidos de como se deve conduzir o processo de transformação dessa área reconhecida, por ambos, como região de elevado potencial paisagístico, histórico, cultural e econômico, continuam sendo disputados.

Conclusão

A reflexão permitiu constatar que a área de intervenção do Programa Lagoas do Norte é uma construção histórico-social, urbana e política que reflete os diferentes modos de apropriação e relação dos agentes sociais com o espaço, concretizado nas suas práticas e representações sócio-espaciais.

Não obstante a confluência de discursos dos diversos agentes (estudiosos, governo municipal, movimentos sociais), significando e ressignificando a Zona Norte, como de relevância histórico-cultural, de riqueza ambiental e paisagística, marca identitária da cidade, ela também é representada de outras formas e associada a outros cenários.

Enquanto vista como contexto de degradação ambiental, irregularidade fundiária, precariedade habitacional e risco à vida, a região é tratada como problema técnico-gerencial, o que constitui justificativa para intervenções urbanísticas e remoções involuntárias, visando, sob a perspectiva oficial, proteger e garantir a qualidade de vida dos moradores.

“Revitalizar”, “requalificar”, “sanear e limpar” “ordenar”, “desenvolver”, dentre outros verbos que denotam significados positivos são representados e divulgados através de diversos meios (orais, documentos, vídeos, *slides*, imagens, revistas, etc.) para convencer a população a colaborar e aceitar o destino proposto e presente no escopo do Programa.

A despeito de atribuir aos governos municipais parte da responsabilidade por esse processo desordenado e de degradação, não efetivando políticas habitacionais eficazes, a perspectiva oficial percebe os moradores como vulneráveis e, ao mesmo tempo, responsáveis, mesmo que inconscientemente, pela própria situação de viverem sob risco.

Destarte, a produção capitalista do espaço e suas contradições como a despossessão das classes populares, pelo Estado e/ou mercado imobiliário, é negligenciada ou tratada superficialmente como causa desse processo de ocupação e uso do solo e de riscos ambientais dele decorrentes.

Em face desse histórico de uso e ocupação da região e, recentemente, das intervenções urbanísticas que apresentam, dentre várias medidas (saneamento, drenagem, preservação do meio) para enfrentar os riscos de alagamentos e enchentes, a remoção involuntária, a região também é reconhecida como cenário de lutas, tensões e conflitos. Daí emergem práticas sociais e contradiscursos produzidos a partir de uma teia de agentes sociais (lideranças, moradores, pesquisadores, ativistas) que buscam valorizar, legitimar e regularizar a permanência de moradores, considerados atingidos nos seus direitos à cidade.

Com efeito, as representações sócio-espaciais refletem as práticas sociais e as transformações urbanas experimentadas pela cidade, evidenciadas nos discursos dos vários agentes sociais (governo, técnicos, pesquisadores, representantes de movimento sociais, dentre outros). Tais agentes caracterizam essas representações como cenários: identitários (da cidade, de comunidades, de tradições e modos de vida); de riqueza e potencialidades (ambiental e cultural); de contradições, tensões e conflitos; possuem ainda, distintas percepções de riscos sociais e ambientais. Todas essas marcas permeiam, enfim, o uso e a dinâmica de ocupação da área objeto de estudo: a “região das Lagoas do Norte”.

Referências

AMORIM, A. N. **Etnobiologia da comunidade de pescadores artesanais urbanos do bairro Poti Velho**, Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2010. 112 p. (Dissertação, mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 75-103.

ATINGIDOS... **Grupo público Atingidos pelo Projeto Lagoas do Norte criado em 2015**. [S.I.: s.n.], Facebook @ 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/8397071627553075/>>. Acesso: 12 jun. 2016.

_____. **Prefeitura quer expulsar as famílias da Av. Boa esperança!** s.d.2015.

_____. **Dossiê Projeto Lagoas do Norte: a verdade que a prefeitura quer esconder**. s.d, 2015a.

BRASIL. **Séries históricas e estatísticas**. Censos de 1950 a 2010. BRASIL, IBGE. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>>. Acesso: 4 jun. 2017.

_____. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>>. Acesso: 4 jun. 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA. Setor de Taquigrafia. **Taquigrafia da Audiência Pública para discutir a 2ª etapa do Projeto Lagoas do Norte**, do quarto ano legislativo da décima sétima legislatura da Câmara Municipal, 23 de maio de 2016.

CANAL COMUNICATIVA. **Documentário Lagoas do Norte pra quem? – Parte I**. Publicado em 22 de março de 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=SukbTFjMHA&t=3s>> Acesso em: 12. jun. 2017.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M.E.B. Introdução. In _____ (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 9-18.

CARMO, F. S. D. **Povos de terreiro no contexto de intervenções urbanísticas** (Territórios sociais de religiosidade de matrizes africanas na zona norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte – PLN). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016. 147 p. (Versão preliminar de Dissertação, mestrado em Sociologia).

CARVALHO. J. R. F. **Resistência indígena no Piauí Colonial (1718-1774)**. Imperatriz: Ética, 2005.

CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA. **Ata e estatuto de fundação**. 25 de abril de 2008.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Cia da Letras, 1996.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Cortez, 2011.

CHAVES, M. **Obra completa.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M.E.B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2014, p. 41-52.

COSTA, R. S. S. **Riscos socioambientais e ocupação irregular em áreas de enchentes nos bairros: Olarias, Poti Velho, Alto Alegre, São Francisco e Mocambinho – Teresina (PI).** Rio Claro, São Paulo: Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista, 2010, 175 p. (Dissertação, mestrado em Geografia)

CRUZ, S. H. R. **Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: segregação social e moradia em Belém e Manaus.** Belém: Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2012, 317 p. (Tese, doutorado em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido).

DUARTE, M. Firmino apresenta projeto Lagoas do Norte em fórum nos Estados Unidos. **meionorte.com** Teresina, 21 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.meionorte.com/noticias/politica/firmino-apresenta-projeto-lagoas-do-norte-em-forum-nos-eua-271428>>. Acesso: 12 jul. 2016.

FAÇANHA, A. C. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais na cidade.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998, 233p. (Dissertação, mestrado em Geografia).

COSTA FILHO, A. Sob o signo das águas: a gênese urbana piauiense. **Scientia et Spes.** Teresina, v 1, n° 2, p. 15-34, ICF, 2002.

GONÇALVES, R. S. O espetáculo da paisagem carioca. In: GOMES, M. de F. C. M. et.al.(Orgs.). **Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdades sociais.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Muad X: 2013, p.193-208.

GOOGLE. Google Earth. Pro. Ink. **Imagens de satélite de Teresina em 1984 e 2016.** Download Disponível em: <<https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/download/gep/agree.html>>. Acesso em 12 jun.2017. Adaptação dos autores RODRIGUES NETO, E.X.; LIMA, A. J. Teresina, 12 de junho de 2017.

Jornal O Dia. **Desabrigados invadem casas no conjunto São Joaquim.** Jornal O Dia, Teresina, 26.01.1985.

_____. **Alagados expulsos de terrenos por policiais,** Teresina, 21.05.1985.

_____. **Vila Tancredo dos Alagados já possui 100 famílias,** Teresina, 14.06.1985.

Jornal da Manhã. **Alagados invadem terreno na zona norte**, Teresina, 21.05.1985.

Jornal O Estado. **Policiais usam metralhadoras e expulsam alagados no Aeroporto**, Teresina, 21.05.1985.

_____. **Flagelados reagem a ação de despejo**, Teresina, 04.07.1985.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, [S.I.: s.n.], 2006b. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/133178040/Henri-Lefebvre-A-producao-do-espaco-cap-1-1-pdf>> Acesso em: 11 abr. 2016.

LIMA, A. J. de. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.

_____. **Favela Cohebe**: uma história de luta por habitação popular. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2010.

_____. RODRIGUES NETO, E. X. Governo local e iniciativas de políticas urbanas em Teresina. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, nº 15, p. 113-144, 1º semestre de 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Procedimento Preparatório nº 19/2015**. Assunto: Possíveis irregularidades no reassentamento das famílias e imóveis da 2ª Fase do Programa Lagoas do Norte. Data de autuação: 9 de outubro de 2015.

_____. **Ofício nº 0395/2016**. Ao Exmo. Sr. Washington Luís, de Sousa Bonfim. Secretário de Planejamento e Coordenação. Assunto: Requisita informações (PP nº 019/2015). 09 de setembro de 2016.

MONTE, C. N. C. **Artesanato ceramista e direitos culturais frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho Teresina - PI: quais diálogos?** Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016, 155 p. (Dissertação, mestrado em Políticas Públicas).

MONTEIRO, C.A.F. **Rua da Glória 3**: no tempo dos revoltosos (1921-1934). Teresina: EDUFPI, 2015.

MOURA, M. G. B. de. **Degradação ambiental urbana**: uma análise de bairros da zona norte de Teresina. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2006, 155p. (Dissertação, mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

_____; LOPES, W.G.R. Lagoas da zona norte de Teresina e seus entornos: uma análise ambiental. **Anais III Encontro da ANPASS**, Brasília, DF, 23 a 26 de maio de 2006. Disponível em: <http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT8.html>. Acesso em: 21.mai.2016.

PEREIRA, L. C.; MORAES, M. D. C. M. Entre “Teresina nasceu aqui” e “Aqui no Poti e lá em Teresina”: identidades e alteridades na memória oral do bairro Poti Velho. **Anais XII Encontro Nacional de História Oral**. Teresina-PI, de 6 a 9 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397482587_ARQUIVO_Artigo_ABHO_Pereira_Moraes_2014.pdf> Acesso: 15 mar.2016.

PEREIRA, L. C. **Os reis do quiabo**: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí. Distrito Federal: Universidade de Brasília, 2017, 207 p. (Dissertação, mestrado em Antropologia Social).

RONILK, R.. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, M. **Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, EDUSP, 2006.

SANTOS, F. A. **A invasão das águas ou as águas invadidas**: a construção social e econômica das enchentes na cidade de São Paulo (1875-1963). In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH, São Paulo, julho de 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308075274_ARQUIVO_SANTOS_F_A_Texto_Anpuh_2011.pdf> Acesso em: 23.fev. 2017.

SCHWARCZ, L. M. A república dos outros, ou o cometa que não veio. In: NOVAES, Adauto (org). **O Esquecimento da Política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p.297-320

SILVA, M.M. A. **Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013, 243 p.(Tese, doutorado em Arquitetura e Urbanismo).

SOUZA, M. L. A cidade, a palavra e o poder:práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M.E.B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo: contexto, 2014, p. 147-166.

TERESINA. PREFEITURA MUNIICIPAL. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Avaliação ambiental do Programa de Melhoria da qualidade ambiental de Teresina – Programa Lagoas do Norte**. Relatório de Avaliação Ambiental – RAA. Teresina, março de 2007.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Programa Lagoas do Norte: Acordo de empréstimo BIRD LN 7523. Manual Operacional**. Teresina,2008.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Projeto Socioambiental. Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte**. Teresina, janeiro de 2009.

_____. **Lei nº 4.423, de 16 de julho de 2013**. Fixa as denominações e delimita os perímetros dos bairros de Teresina e dá outras providências. Teresina, PMT, 2013. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Lei-4423-de-2013-Lei-dos-Bairros.pdf>> Acesso: 26 abr. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Avaliação ambiental do Programa Lagoas do Norte**, fase 2. Teresina, 2014.

_____. **Documentário sobre as ações e mudanças que o Programa Lagoas do Norte tem proporcionado na região**. Produção/Criação de PLUG propaganda/UPJ [Produções],

publicado na página@LagoasDoNorte em 18 de novembro de 2014a. Disponível em<<https://www.facebook.com/LagoasDoNorte/videos/375223842653641/>> Acesso: 17.12.2016.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Programa Lagoas do Norte - Marco de reassentamento involuntário das famílias e imóveis afetados pela implantação da 2ª fase do PLN** – versão após audiência pública. PMT: Teresina, novembro de 2014b.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Nota à audiência pública.** Teresina, de 17 de março de 2015.

_____. PMT e Banco Mundial assinam contrato para segunda etapa do Lagoas do Norte. **Portal PMT.Teresina**, Teresina, 28 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.portalpmt.teresina.pi.gov.br/noticia/PMT-e-Banco-Mundial-assinam-contrato-para-segunda-etapa-do-Lagoas-do-Norte/11004>> . Acesso: 10 ago. 2016

_____. **Perfil dos bairros.** Poti Velho. Teresina, PMT, 2016a.

_____. **Programa Lagoas do Norte.** Material de divulgação. Teresina, novembro de 2016b. VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 75-103.

_____, OLIVEIRA, F.L.; LIMA JÚNIOR, P.N. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In: OLIVEIRA, F.L. et.al. (Orgs.). **Grandes projetos metropolitanos:** Rio de Janeiro e Belo Horizonte - Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 11-23, 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/livro_projetosmetropolitanos.pdf>. Acesso: 12 ago. 2016.

VIANA, D. S. **Entre o concreto e o etéreo:** trabalho e memória dos trabalhadores da construção civil em Teresina na década de 1970. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2013, 274 p.(Dissertação, mestrado em História do Brasil).

ZANIRATO, S. et al. Sentidos do risco: interpretações teóricas. **Revista bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales** (serie documental de geo crítica) Universidad de Barcelona, Vol. XIII, nº 785. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-785.htm>>. Acesso: 22 mai. 2016.

Artigo recebido em 03-10-2017
Artigo aceito para publicação em 31-01-2018